

Magali Cunha
Universidade Metodista
de São Paulo

**Política, mídia e religião: o
ativismo progressista entre
evangélicos brasileiros por
meio do Facebook e do Twitter**

**Politics, media and religion:
progressive activism among
Brazilian evangelicals
through Facebook and Twitter**

**Política, medios y religión: el
activismo progresista entre
evangélicos brasileños a
través de Facebook y Twitter**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar a emergência de um ativismo político evangélico progressista no Brasil, para além do partidário e de campanhas eleitorais, expresso em mídias digitais. Identificar quem são esses ativistas e como se dá a sua ação, particularmente no Facebook e no Twitter, é o objeto do estudo. Para desenvolvê-lo, foi tomada como base teórica estudos anteriores da autora do trabalho e de cientistas da religião, para a compreensão do quadro da participação política de evangélicos brasileiros no tempo presente. Recorreu-se também às abordagens que relacionam comunicação e política e a uma compreensão do sentido de ativismo e de ativismo digital. Com base em mapeamento de ativistas evangélicos nas duas mídias sociais, realizado em pesquisa prévia, o estudo detém-se na lista de 22 evangélicos influenciadores que dedicam-se ao ativismo político, para traçar um perfil de sua atuação e demonstrar os conteúdos que privilegiam em suas postagens. Verifica-se que as mídias sociais são um espaço intenso de atuação deste grupo, que é invisibilizado nas grandes mídias, o que delinea o caráter de contra-hegemonia à sua ação.

Palavras-Chave: Mídia. Ativismo Digital. Evangélicos.

ABSTRACT

This work aims to study the emergence of a progressive Protestant political activism in Brazil, beyond partisans and electoral campaigns, expressed in digital media. Identifying who these activists are and how their action takes place, particularly on Facebook and Twitter, is the object of the study. In order to develop it, previous studies by the author of the work and of religious scientists were taken as a theoretical basis for understanding the context of the political participation of Brazilian Protestant in the present time. Approaches that relate communication and politics and an understanding of the sense of activism and digital activism are also referred. Based on a mapping of evangelical activists in the two social media, conducted in previous research, the study emphasizes the list of 22 evangelical influencers who dedicate themselves to political activism, to draw a profile of their action and demonstrate the contents that they accentuate in their posts. It is verified that the social media is an intense space of action of this group, that is invisible in the great media, which delineates the character of counter-hegemony to its action.

Keywords: Media. Digital Activism. Protestants.

Resumen:

Este trabajo tiene por objetivo estudiar la emergencia de un activismo político evangélico progresista en Brasil, además del partidario y de campañas electorales, expresado en redes sociales digitales. Identificar quiénes son esos activistas y cómo se da su acción, particularmente en Facebook y Twitter, es el objeto del estudio. Para desarrollarlo, fue tomada como base teórica estudios anteriores de la autora del trabajo y de científicos de la religión, para la comprensión del cuadro de la participación política de evangélicos brasileños en el tiempo presente. Se recurrió también a los enfoques que relacionan comunicación y política y a una comprensión del sentido de activismo y de activismo digital. Con base en el mapeo de activistas evangélicos en los dos redes sociales digitales, realizado en investigación previa, el estudio se detiene en la lista de 22 evangélicos influyentes que se dedican al activismo político, para trazar un perfil de su actuación y demostrar los contenidos que privilegian en sus posturas. Se verifica que las redes sociales digitales son un espacio intenso de actuación de este grupo, que es invisibilizado en los grandes medios, lo que delinea el carácter de contrahegemonía a su acción.

Palabras clave: Medios. Activismo Digital. Evangélicos.

Submissão: 22-10-2014

Decisão editorial: 15-08-2017

Apontamentos preliminares

Os estudos em Comunicação/Mídia e Religião experimentam uma ampliação crescente no Brasil, uma vez que não é mais possível compreender as religiões no mundo contemporâneo sem relacioná-las à comunicação e às mídias, nem é mais possível tratar as mídias sem levar em conta a sua relação com as religiões (HOOVER, 2014).

Um considerável número de pesquisas, desde os anos 1970 (vide o Banco de Teses da Capes), dedica-se a compreender o processo de produção da programação religiosa, isto é, a presença de grupos religiosos, principalmente de igrejas cristãs, nas mídias, como empreendedores editoriais, proprietários de veículos ou detentores de espaços nas grades de programação de canais de TV e emissoras de rádio. Análises significativas na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, algumas disseminadas por meio de livros e artigos, contribuíram para consolidar este campo de estudos, e romper com a perspectiva positivista predominante na formação do sistema educacional brasileiro, que procurava colocar a religião na academia “no seu devido lugar”, ou seja, como pertencente primordialmente aos estudos na área da antropologia, da sociologia, quiçá de psicologia.

A interface mídia, religião e política é um campo de estudos ainda em aberto na área da Comunicação. Objeto de atenção maior de cientistas políticos e da religião, a intensificação da presença de cristãos na política partidária no Brasil, em especial a partir do Congresso Constituinte de 1986, conectada à potencialização da ocupação de espaços midiáticos, principalmente dos evangélicos em amplo crescimento no país a partir dos anos 1990, tem gerado mais curiosidade acadêmica de pesquisadores da Comunicação.

Em pesquisas realizadas pela autora deste trabalho, sistematizadas em livro (CUNHA, 2017), foram verificadas pelo menos três dinâmicas sociopolíticas e culturais relacionadas à participação de religiosos evangélicos no processo político brasileiro nas últimas décadas, que são bases importantes para a discussão que se segue neste artigo:

(a) Os evangélicos são o grupo em maior evidência quando se aborda nas mídias noticiosas a temática mídia, religião e política. Muito por conta do amplo crescimento numérico e geográfico do grupo, verificado nas duas últimas décadas e das intensas presenças nas mídias tradicionais e nas mídias digitais e na política partidária¹.

(b) A Frente Parlamentar Evangélica se consolidou e alcançou, na legislatura 2015-2018, uma bancada na faixa de 88 deputados eleitos em 2014 e três senadores reeleitos em 2010;

(c) As mídias noticiosas e as mídias religiosas colocam em evidência uma hegemonia de ideologia conservadora entre os evangélicos, seja na cobertura das pautas da Bancada Evangélica no Congresso Nacional

1 Entenda-se por evangélicos no Brasil todos os fiéis da religião cristã não pertencentes às confissões Católica Romana e Ortodoxa.

seja nos pronunciamentos de lideranças sobre temas da política nacional.

(d) Os grupos progressistas evangélicos, sempre minoritários no contexto do segmento, têm buscado formas de rearticulação e recomposição diante do avanço conservador na política no período que culminou com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016.

Estes elementos compõem o quadro que coloca os evangélicos como grupo religioso protagonista no processo político em curso no Brasil no tempo presente. Soma-se a eles, um novo aspecto observável e objeto deste estudo: a emergência de um ativismo político evangélico, não institucionalizado, com forte presença nas mídias digitais.

Este estudo se inscreve neste contexto e busca contribuir com a reflexão sobre o processo político que envolve evangélicos e mídias no país. O objetivo é estudar o recente fenômeno da emergência de um ativismo evangélico no Brasil, para além do partidário e de campanhas eleitorais, expresso nas mídias digitais. Interessa especificamente traçar um perfil de quem são os ativistas progressistas que atuam por meio do Twitter e no Facebook.

Para se alcançar este objetivo, o artigo toma como base teórica estudos de cientistas da religião e da própria autora do trabalho para a compreensão do quadro da participação política de evangélicos brasileiros no tempo presente e sua relação com a comunicação. Recorreu-se também às abordagens que relacionam comunicação e política e a uma compreensão do sentido de ativismo e de ativismo digital. A identificação dos usuários progressistas presentes no Facebook e no Twitter e o estudo de suas

práticas tomou por base um mapeamento de ativistas evangélicos realizado em pesquisa feita pela autora no ano de 2016, nos meses de agosto e setembro, período que marcou a fase final do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff e seus desdobramentos.

Evangélicos progressistas na política e nas mídias

Apesar da cultura religiosa que alimenta a hegemonia conservadora entre os evangélicos na relação com a política, especialmente a institucionalizada, com destaque para a Bancada Evangélica no Congresso Nacional (ALVES, 1979; BAPTISTA, 2009; BURITY, 2010; FRESTON, 1994), as expressões progressistas entre os evangélicos brasileiros são antigas e ganham mais potência a partir dos anos 1930 por meio da formação da Confederação Evangélica do Brasil (BITTENCOURT FILHO, 1992). Projetos sociais significativos com parcerias governamentais, conferências de estudos que tratavam de temas de ponta na relação religião-sociedade marcaram a atuação da CEB e deram visibilidade à presença evangélica no Brasil para além do isolacionismo alimentado pelas teologias petista e fundamentalista predominantes. Este processo estabeleceu uma pauta comum ao progressismo evangélico no país: combate à desigualdade econômica e cultural; defesa de direitos civis, das minorias, do meio ambiente; defesa do Estado laico e da liberdade religiosa.

Durante a ditadura civil-militar o compromisso com a democracia foi reafirmado pelos líderes e pelos grupos formados pela CEB. A perseguição dentro e fora das igrejas enfraqueceu mas não eliminou a

perspectiva do diálogo entre fé e política construído nas décadas anteriores e permitiu a sobrevivência de lideranças e seus ideais e a formação de novos grupos (CNV, 2014; TRABUCO, 2017).

Joanildo Burity (2010) avalia que apesar dessas expressões progressistas se configurarem como “marginais”, por sempre terem causado desconfiança das esquerdas do País; serem fonte de deboche da maioria conservadora evangélica; serem desprezadas pela cobertura das grandes mídias, elas são “uma minoria inegavelmente importante”. O Movimento Evangélico Progressista (MEP), nos anos 90, exerceu papel importante na chamada de atenção de igrejas e suas lideranças para as questões da ética na política e da participação responsável no processo eleitoral (FRESTON, 1994). Foi também importante interlocutor de evangélicos com políticos e partidos de esquerda.

O esfriamento da atuação do MEP nos anos 2000 deu espaço para mais visibilidade da Bancada Evangélica e para alianças de conservadores evangélicos com o governo do Presidente Lula, a partir de 2003, este com a estratégia de buscar mais aproximação com o segmento religioso (MARIANO, 2016). Isto resultou na potencialização da presença de evangélicos conservadores na política institucional, com o crescimento da Bancada Evangélica, a nomeação de evangélicos para Ministérios do Governo Federal e a ocupação de espaços políticos por lideranças evangélicas em Estados e Municípios. A eleição do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) para Presidente da Câmara Federal, em 2015, representou a culminância deste processo.

Burity avalia que a questão-chave que delimita fronteiras entre evangélicos conservadores e progressistas é a

regulação estatal sobre o corpo, particularmente a sexualidade: aborto, homossexualidade e manipulação genética. (...) O segundo embate refere-se mais ao acerto de contas entre fé evangélica e pluralismo sociocultural, esposado por diversas formas de esquerda não ou pós-marxista influenciadas pelos movimentos de direitos civis, estudantil, feminista, ecológico e gay dos anos de 1960 em diante, que ganharam visibilidade desde fins da década de 1980 (BURITY, 2010, on-line).

Comunicação que une religião e política apresenta-se, desde muito tempo, como um elemento que tem colocado conservadores em vantagem sobre progressistas no embate entre controle e libertação dos corpos, defesa da fé e liberdade de crença/estado laico, integrismo e pluralismo sociocultural. A linguagem da fé assumida pelos grupos tradicionalistas e conservadores, que encontra resposta entre os fiéis nas congregações (MACIEL, 1971), soma-se à ocupação das mídias de radiodifusão e à busca de visibilidade e espaço na esfera pública por estes mesmos grupos (CUNHA, 2017). A ressonância alcançada pela afinidade ideológica com as grandes mídias, que dão voz a esta ampla parcela de evangélicos no noticiário e nos programas de entretenimento, amplifica esta comunicação.

Com a potencialização da capacidade de comunicação social pelas mídias digitais, nos anos 2000, todo este processo foi ainda mais dilatado, com a produção de áudios e vídeos que são postados em páginas da Internet. Estas produções encontram vasta

audiência, o que se intensifica quando são disseminadas (algumas viralizadas) pelas mídias sociais.

Em décadas passadas, restavam aos evangélicos progressistas os impressos alternativos e as atividades com grupos (os encontros de formação e capacitação), um ou outro pequeno espaço em programas de rádio dirigidos por simpatizantes, e nenhuma repercussão nas grandes mídias. A dificuldade de desenvolver uma linguagem que apelasse ao imaginário dos fiéis do segmento parece ter permanecido ao longo das décadas (CUNHA, 2007). No entanto, nos anos 2000, a mesma capacidade de comunicação pelas mídias digitais fica disponível a este grupo, tornando possível uma reverberação mais ampla de suas ideias e ações.

O ativismo político evangélico: elemento novo

É em todo este contexto que um elemento novo ocupa expressivo espaço: o ativismo político evangélico. Ele deixa de ser uma ação voltada para as campanhas eleitorais corporativas, por meio da atividade de cabos eleitorais de candidatos pertencentes ou apoiados por igrejas (CUNHA, 2017).

Este estudo afirma o ativismo político como uma ação não institucional na esfera pública, movida por indivíduos, nas e a partir das suas redes sociais, no exercício de pressão sobre detentores do poder político, econômico e sociocultural, motivados pelo desejo de mudança de uma determinada ordem vigente ou de um elemento gerador de tensões e conflitos (TILLY, 1978; MELUCCI, 1986; JORDAN, 2002). Esta ação pode se dar diretamente tanto passivamente (desobediência civil) quanto ativamente, de forma não violenta (protestos públicos, ocupações, greves, boicotes), ou

violenta (depredações e/ou ataques a propriedades privadas e/ou públicas). O ativismo também pode se concretizar por meio de ações indiretas (abaixo-assinados, processos eleitorais, dos recursos jurídicos) (JORDAN, 2002).

O ativismo político evangélico ganha destaque nos anos 2010, revelando o engajamento de lideranças religiosas e de fiéis, seja em períodos eleitorais – não só para a conquista de votos mas também para a rejeição e a oposição a candidatos – seja em torno de pautas, como a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara assumida pelo Deputado Pastor Marco Feliciano, em 2013, o projeto de redução da maioria penal (2015) ou o impeachment da presidente Dilma Rousseff (2016).

Este ativismo aparece de forma presencial em eventos de rua, como a anual Marcha para Jesus, promovida pela Igreja Renascer em Cristo, e manifestações específicas convocadas por lideranças ou organizações, como a Marcha pela Família, em Brasília, 2013 e os atos públicos da Frente Evangélica pelo Estado de Direito. Dá-se também à distância, por meio de manifestações múltiplas na internet, com especial destaque para as mídias sociais.

O desenvolvimento destas formas de ativismo político evangélico ocorre a partir de 2002, quando a Bancada Evangélica ganha força para além do Parlamento, ocupando também o Poder Executivo, e se intensifica a partir de 2010 com a forte oposição de evangélicos conservadores à campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República, pelo Partido dos Trabalhadores (CUNHA, 2017).

Depois dos chamados “Protestos de Junho de 2013” e seus desdobramentos, com o fortalecimento de movimentos políticos e pautas conservadoras, a eleição do Congresso Nacional mais conservador desde 1964 em 2014 (DIAP, 2014) e a posse de Eduardo Cunha como Presidente da Câmara Federal, em 2015, que deram tom mais conservador ao quadro político nacional, grupos evangélicos com ele alinhados ganham visibilidade e passam a se expor mais publicamente. Ao mesmo tempo, evangélicos progressistas são provocados a manifestarem-se. Surge, por exemplo, a Frente Evangélica pelo Estado de Direito durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff (CUNHA, 2017).

Neste contexto, é possível identificar a emergência de um ativismo político evangélico que acontece muito especialmente em e a partir de espaços digitais, objeto deste trabalho. Antes, porém, de se proceder à exposição da trajetória metodológica e dos resultados alcançados, importa assentar as bases da compreensão do fenômeno do ativismo digital, uma vez que é elemento central do estudo empreendido.

Compreendendo o ativismo digital

O sociólogo espanhol Manuel de Castells (2013) é um dos teóricos mais destacados e pioneiros na compreensão do que chamou “Sociedade em Rede”, em que a internet configura uma nova forma de comunicação e uma nova cultura. Isto quer dizer mudança nas relações interpessoais cotidianas, nas relações de trabalho, na relação com o tempo e o espaço e nas formas de fazer política.

Configura-se o que passa a ser compreendido como “esfera pública digital” ou “esfera pública virtu-

al". Nesse contexto, a renovação da esfera pública, a que Castells se referiu, concretiza-se na realização, via internet, de quase todas as formas de ação política por parte da esfera civil:

[...] contato e pressão sobre os representantes eleitos até a formação da opinião pública, do engajamento e participação em discussões sobre os negócios públicos até a afiliação a partidos ou movimentos da sociedade civil, da manifestação à mobilização, da interação com candidatos até a doação para fundos partidários ou de organizações civis, da intervenção em fóruns eletrônicos sobre matéria da deliberação da sociedade política até a intervenção em plebiscitos on-line (GOMES, 2005, p. 64).

Emerge o que passa a ser identificado como ativismo político digital não-institucionalizado. Este tipo de ativismo nasce do contexto da popularização da internet (anos 90 do século 20), por meio de "uma série de movimentos de ação direta, com práticas sociais e comunicativas específicas, realizando novas formas de conflitualidades sociais" (FELICE, 2013, p. 53).

Inicialmente nomeado "ciberativismo" (termo estadunidense), o fenômeno dizia respeito a novas formas de organização e de ação política direta articuladas por meio de conteúdo divulgado na internet, primeiramente para atuar no boicote ao consumo de determinados produtos, depois na convocação para ocupações, manifestações e protestos em defesa de direitos humanos, civis e ambientais. Com a popularização, outros termos surgem para dar conta das novas práticas: "ativismo on-line", "defesa eletrônica", "ciberativismo", "netativismo".

Massimo di Felice as sistematiza como ação social em rede e nas redes e explica que:

não se resume à simples incorporação da internet aos processos comunicativos do ativismo, mas inclui a forma como essa tecnologia comunicativa transformou substancialmente o próprio ativismo e os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política, implicando em uma mudança significativa nas formas de ação social por parte dos movimentos ciberativistas (2013, p. 54).

Juan de Gracia (2015) também se debruça sobre o fenômeno do ativismo digital e identifica que ele carrega as motivações do ativismo clássico (pressão sobre grupos que exercem poder político, econômico e sociocultural; desejo de mudança de uma determinada ordem vigente ou de um elemento gerador de tensões e conflito) mas traz mudanças na cultura da ação política. Não apenas a transição das mídias tradicionais para as mídias digitais faz parte dessas mudanças, mas também:

los activistas digitales definirán sus propios objetivos de actuación, decidirán libremente en qué causas quieren involucrarse, y lo harán siguiendo pautas bastante alejadas de las concepciones estándar de la política. Junto a las nuevas herramientas y tecnologías que permiten a los consumidores archivar, comentar y apropiarse de los comentarios mediáticos, también influye la aparición de una amplia gama de subculturas que desbordan ampliamente la definición de los movimientos sociales clásicos, y que se basa en una producción en red basada en el “hazlo tú mismo”, un espíritu que promueve una cierta desvinculación o deslealtad frente a los movimientos sociales clásicos (GRACIA, 2015, p. 87).

Neste ponto este artigo se deterá no objeto deste estudo: um olhar sobre o ativismo político digital evangélico progressista.

5. A trajetória deste estudo

A fim de compreender o perfil e as proposições dos ativistas políticos evangélicos progressistas no ambiente digital, este estudo valeu-se do mapeamento dos perfis de evangélicos ativistas no Facebook e no Twitter, empreendido em pesquisa realizada no ano de 2016, durante os meses de agosto e setembro, publicada em livro (CUNHA, 2017). Estas duas mídias foram selecionadas por ser a primeira a mídia social mais acessada por brasileiros, segundo Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 (BRASIL, 2014), e a segunda, apesar de ocupar o sexto lugar entre as mídias sociais mais acessadas no Brasil, é a mais popular entre as elites políticas e formadores de opinião. A metodologia obedeceu as seguintes etapas:

- (1) estabelecimento de uma base de personagens-referências, identificados no monitoramento de noticiário realizado pelo grupo de pesquisa Mídia, Religião e Cultura (MIRE) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, publicado no blog Mídia, Religião e Política (www.metodista.br/midiareligiaopolitica). Foram levantados 43 personagens, entre indivíduos e grupos;
- (2) identificação de contas destas personagens-referência no Facebook e no Twitter para verificação da frequência de publicações com conteúdo político (nível de ativismo) e posterior levantamento de outros perfis em interação que podem ser classificados como influenciadores-chave (outros ativistas em rede) por meio dos sites de monitoramento e

análise de perfis Twittonomy e Quintly; foram levantadas 101 novas personagens;

- (3) levantamento de páginas públicas no Facebook e perfis no Twitter que articulam evangélicos e política, com número mínimo respectivo de 500 (aleatório) e 200 (média dos perfis com base em pesquisa) seguidores/curtidores e frequência de atualização, a partir de palavras-chaves e suas combinações em torno dos temas evangélicos e política. Outras 10 personagens foram identificadas.

Destas etapas foi estabelecida uma lista de 141 perfis entre indivíduos, grupos/organizações identificados como evangélicos, que atuam por meio do Facebook (45) e do Twitter (96), com postagens relacionadas à política, contendo convocação ao debate e expressão de opiniões sobre temas da política nacional, campanhas por eleições e por pressão sobre lideranças políticas.

Numa quarta etapa da pesquisa foram selecionados 35 perfis dentre os listados, classificados como ativistas políticos evangélicos influenciadores, com base nos seguintes critérios:

- 1 – ênfase no ativismo político não-institucionalizado: (a) desconsideração dos cinco políticos listados: o ex-deputado Eduardo Cunha, deputado João Campos, o deputado Pastor Marco Feliciano, o presidente do PSC Pastor Everaldo, o senador Magno Malta; (b) desconsideração das quatro mídias religiosas identificadas: Gospel Prime; Verdade Gospel; Gospel+; Portal Guiame.
- 2 – Criação de um ranking de influenciadores – (a) no Twitter (combinação de elementos

a partir dos relatórios gerados pelo site de monitoramento e análise de perfis Twitonomy como número de seguidores, frequência de postagens sobre política, nível de interação e autoidentificação como ativistas); (b) no Facebook (combinação de elementos a partir dos relatórios gerados pelo site de monitoramento e análise de páginas Karma, como número de seguidores/fãs/curtidore, total de reações, comentários e compartilhamentos, índice de performance das páginas, frequência de postagens sobre política).

Os indivíduos evangélicos que realizam ativismo político nas mídias sociais atuam em suas igrejas como pastores (oito) e leigos (sete). Verifica-se aí um equilíbrio quanto à forma de vinculação ao grupo religioso. Há um cantor gospel e dois missionários entre os leigos.

Quando consideradas as igrejas e tradições evangélicas destes indivíduos, há também um equilíbrio entre os grupos históricos (seis) – com maior número de batistas (quatro), seguidos de metodista (um) e reformada (um) – e pentecostais (cinco), sendo um da Assembleia de Deus e quatro de igrejas autônomas. Há um perfil ligado a confissão autônoma, e outros três sem identificação das igrejas a que estão ligados.

Estes 35 perfis foram classificados por nível de atuação (produtores, reprodutores de conteúdo de terceiros e credenciadores de conteúdo de terceiros) e por alinhamento ideológico (conservador e progressista).

Por conservador, entende-se aquele indivíduo ou grupo que defende “a manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 242). O perfil progressista, que em algumas abordagens da Ciência Política, pode ser identificado como liberal, diz respeito aqui à oposição ao conservadorismo, ou ao que defende a promoção de inovações socioeconômicas e culturais necessárias ao desenvolvimento sustentável das sociedades que implica no enfrentamento das desigualdades econômicas, de gênero, raciais, ecológicas, na defesa dos direitos civis e ambientais e na reconstrução dos valores político-sociais (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998). Em se tratando do campo religioso, importa observar que um alinhamento ideológico se alicerça em princípios teológicos que formam a teologia política do indivíduo ou grupo (SANTOS, 2013).

Uma análise do conteúdo das postagens dos 35 perfis levantados, nos meses de agosto e setembro de 2016 (por hashtags utilizadas, temas enfatizados e perfis/links mais reproduzidos e credenciados), mostrou 13 perfis de alinhamento conservador e 22 de alinhamento progressista. Todos os perfis de alinhamento conservador estão no Twitter. Os evangélicos progressistas atuam mais no Facebook – são 18 – enquanto apenas quatro privilegiam o Twitter.

6. Quem são e o que propagam os evangélicos progressistas influenciadores em mídias digitais

Resulta do mapeamento descrito acima a seguinte lista dos 22 evangélicos ativistas progressistas que atuam no Facebook e no Twitter.

Tabela 1 – Ativistas políticos evangélicos influenciadores progressistas no Twitter (4)

Perfis	Atuação como evangélico	Igreja/Movimento	Seguidores	Número de Tweets em um mês (ago/ set 2016)	Tweets sobre política em um mês (ago/set 2016) Em %	Interação (soma da média de retweets + média favoritos)
edupastoral	Pastor	Histórica Batista	20.900	135 4.35 dia	62.22	48.10
gondimricardo	Pastor	Pentecostal Autônoma	53.720	278 8.97 dia	57.91	37.52
ariovaldo	Pastor	Histórica Batista	46.200	220 7.10 dia	27.27	30.00
eliencijr	Pastor	Pentecostal Autônoma	6.126	197 6.57	88.83	11.64

Fonte - CUNHA, 2017

Tabela 2 – Atividades políticas evangélicas influenciadoras no Facebook – Páginas (4)

Páginas	Identidade da Página registrada	Número de Curtidas/Membros	Posts em uma semana	Posts sobre política em uma semana	Índice de performance da página (engajamento + crescimento) %	Total de reações, comentários e compartilhamentos
evangelicoscomdilha	Comunidade - eleitores evangélicos de Dilma Rousseff	4.383	28 4/dia	45	97	8.600
frenteevangelicos	Comunidade - Iniciativa de um grupo de evangélicos em defesa do estado democrático e da ordem constitucional	1.927	26 3.71/dia	24	100	5.700
CristaosDeEsquerda	Comunidade - com o intuito de reunir os cristãos de esquerda	14.928	26 3.71/dia	20	40	4.200
conselhonacionaldeigrejas	Organização - associação ecumênica	6.881	33 4.71/dia	20	38	1.800

Fonte – CUNHA, 2017

Tabela 3 - Ativistas políticos evangélicos influenciadores no Facebook – Perfis (14)

Perfis	Atuação como evangélico	Igreja/ Movimento	Número Amigos + seguidores	Postagens em uma semana	Postagens sobre política Em uma semana
Zebarbosajr	Leigo	Autônoma	8.181	36	20 2.85
ronilso.pacheco	Leigo	Autônoma Rede Fale	8.800	7	5 0.71/dia
clemir.fernandessilva	Pastor	Histórica Batista Rede Fale	4.703	5	5 0.71 dia
anivaldo.padilha	Leigo	Histórica Metodista	4.468	30	23 3.28 dia
caio.marcal	Missionário	Histórica Batista Rede Fale	3.833	36	25 3.51 dia
nancy. cardosopereira	Pastora	Histórica Metodista	3.603	17	12 1.71 dia
isabella.g.miranda	Leiga	Não identificada Rede Fale	3.218	8	8 1.14 dia
morganaboostel	Leiga	Histórica Batista Rede Fale	3.078	21	9 1.28 dia
paulo.saraiva.731	Pastor	Histórica Batista	2.662	28	15 2 ao dia
daniela.sanchesfrozi	Leiga	Histórica Presbiteriana Rede Fale	2.595	54	37 5.28 dia
romi.bencke	Pastora	Histórica Luterana	2.204	23	19 2.71 dia
flavioconrado	Leigo	Histórica Batista Rede Fale	1.814	15	8 1.14 dia
lusmarinacg	Pastora	Histórica Luterana	1.228	14	14 2 dia
odja.barros	Pastora	Histórica Batista	1.192	8	8 1.14 dia

Fonte – CUNHA, 2017

Identifica-se um maior número de Produtores de Conteúdo (12), seguido de Credenciadores (7), sendo menor o número de Reprodutores de Conteúdo (3), quadro que revela que os ativistas digitais evangélicos influenciadores progressistas têm participação ativa no desenvolvimento dos conteúdos que postam em seus espaços no Twitter e no Facebook.

Entre os links e os perfis mais reproduzidos e credenciados por estes ativistas estão indivíduos identificados como progressistas e mídias alternativas e/ou reconhecidas entre a esquerda política: cartacapital; VIOMUNDO; emirsader; dilmabr; redebrasilatual; brasil247; ivanvalente; Gondinricardo; pablovillaca; Diário do Centro do Mundo; Carta Maior; rudariccioficial; Mídia Ninja; Blog do Sakamoto; Esmaelmoraes.com.br; O Cafezinho

Mídia Ninja.

A ênfase nas seguintes hashtags torna possível classificar estes evangélicos ativistas como progressistas: #golpe; #panamapapers; #assufragistas; #cunhanacadeia; #aociomaiscitadoque#moralismoranzinza; #PelaDemocracia; #ChegadeGolpes; #QueroMulheresNosDebates; #QueroMariaPorDignidade; #Feminismo; #SomosMuitas; #Resistelsidora; #JustiçaUrbana; #rirpranãochorar; #golpecontraademocracia; #nãoháoque temer; #alutaémeulugar; #égolpe; #ForaTemer; #TemerGolpista;

#nãovoteinesseprojetoGolpista.

Nestes perfis foram encontrados conteúdos que destacam temas como: crítica à Bancada Evangélica no Congresso Nacional, impeachment de Dilma Rousseff como ameaça à democracia, classificação do

impeachment como golpe na democracia, seletividade no combate à corrupção por parte dos órgãos competentes, defesa da democracia e do Estado de direito, condenação da homofobia, do racismo, do estupro e toda forma de violência contra as mulheres, valorização do feminismo e do protagonismo das mulheres no processo social, defesa da Petrobrás como empresa nacional, condenação do projeto Escola Sem Partido, justiça para a Palestina.

Como parte da análise da vinculação dos 22 perfis ao grupo classificado como progressista, foram identificadas também marcas de afinidade ideológica. Para isto foi elaborada uma lista com 49 palavras-chaves identificadas na leitura dos conteúdos de cada perfil no período pesquisado (agosto e setembro de 2016). Foram selecionadas as postagens de cada perfil que continham as palavras-chave (algumas agrupadas por similaridade) e, a partir desses conteúdos, organizados por tipo, foi criado um agrupamento de termos (nuvem). Em seguida, foi estudado o sentido geral atribuído nos perfis a cada um dos termos predominantes, o que está reproduzido a seguir (CUNHA, 2017):

Aécio/PSDB – político e partido corrompidos protegido pelo MPF, pelo STF e pelas mídias
 Corrupção/Corrupto – mal que se abate sobre toda a classe política, mantida pela punição seletiva da parte do MPF, do STF e das mídias
 Crime – os crimes de Eduardo Cunha e de políticos do PSDB não podem ficar impunes
 Cunha – está sendo beneficiado pela seletividade da justiça e das investigações da Operação Lava Jato.
 Cumpriu o papel de realizar o impeachment e está sendo beneficiado

Democracia – ameaçada com as ações dos parlamentares na aprovação do impeachment de Dilma Rousseff e aprovação de projetos contra direitos conquistados nas últimas décadas

Direita – fortalecida no poder do País e avançando em muitas frentes políticas

Dilma – mulher honesta, injustiçada com o impeachment. Pagou o preço das alianças e dos erros cometidos pelo PT

Educação/Partido – é preciso impedir as investidas conservadoras sobre a educação no País, em especial o projeto Escola Sem Partido e os cortes que empobrecem a qualidade da educação

Eleições/Eleição – a participação nas eleições municipais com votação em candidatos progressistas é fundamental para conter o avanço conservador

Esquerda – cometeu muitos erros quando esteve no poder executivo e legislativo. Precisa rever práticas.

Estado – o Estado de Direito está ameaçado pelas ações seletivas da justiça

Golpe – o impeachment de Dilma Rousseff foi um golpe parlamentar-jurídico-midiático

Governo – o governo Michel Temer é ilegítimo

Impeachment – um atentado à democracia e ao Estado de Direito

Lula – tem sido alvo da justiça seletiva da Operação Lava Jato. Precisa reconhecer seus erros na condução da liderança do PT quando tinha o poder no governo federal

PEC/PEC da Vergonha – (PEC 241) é uma proposta iníqua de favorecimento do capital sobre os direitos sociais conquistados no Brasil no campo da educação e da saúde, em especial

PMDB – partido traiçoeiro e corrupto, com o qual o PT não deveria ter se aliado

Poder – o poder federal foi tomado por um golpe parlamentar-jurídico-midiático

Política/Político – está corrompida/o pelos jogos de poder. Deve ser atenção dos evangélicos em busca de justiça

Povo – o mais sofrido em todo o processo vivido na política nacional

Rio – as eleições no Rio de Janeiro podem ser oportunidade para a esquerda com o PSOL

Saúde – a PEC 241, proposta pelo governo Temer, trará terríveis efeitos sobre a saúde pública com a redução dos gastos neste campo

Temer – presidente ilegítimo, um dos autores do golpe contra a democracia

Voto – “arma” política em busca da justiça e da garantia de direitos

É nítida aqui a ênfase em discursos que pautam temas clássicos dos movimentos progressistas como a justiça, a garantia de direitos, a defesa da democracia e da participação popular pelo voto. Destacam-se também os temas emblemáticos dos discursos progressistas em relação a personagens marcantes do processo vivido no Brasil 2016, como Dilma Rousseff, Lula (apoios) e Aécio Neves e Michel Temer (crítica). Denúncias em relação à atuação do PMDB (que tomou o poder do país em 2016) e a projetos decorrentes como a Projeto de Emenda Constitucional 234, de contenção de gastos públicos são ainda marcas discursivas identitárias dos evangélicos progressistas.

Considerações finais

Toda esta dinâmica aqui descrita torna possível considerar que a relação entre evangélicos, política e mídias é um fenômeno que marca o momento recente da política brasileira. Como mencionado, as mídias tradicionais têm trabalhado com a construção de uma concepção de que os evangélicos se colocam na esfera pública como um bloco organicamente articulado, elegendo porta-vozes e referências conservadores e dando-lhes visibilidade. A

própria ideia de “bancada evangélica” no Congresso Nacional transmite uma noção de homogeneidade que esconde as diferenças.

O ativismo político digital evangélico é componente novo neste quadro e elemento destacado no processo de participação política deste grupo religioso.

Verifica-se no campo religioso, uma hegemonia (no sentido pensado por SANTOS, 2011), como algo inevitável, sem qualquer alternativa) da corrente conservadora evangélica no Brasil, que se reflete no espaço político partidário e nos espaços midiáticos religiosos e não-religiosos tradicionais. Nesse contexto, a ação midiática promove a invisibilidade de outros grupos religiosos e de evangélicos mesmos, de vertente progressista.

Esta vertente não é nova: como mencionado neste estudo, tem expressão histórica. Desde as primeiras décadas do século 20, ações políticas de evangélicos progressistas foram desenvolvidas, ainda que com pouco destaque pelo perfil teológico conservador predominante entre o segmento. Estas articulações se consolidaram nos anos 50 e 60, ganharam mais visibilidade nos movimentos de resistência à ditadura civil-militar, recompuseram-se no período de redemocratização e marcam a identidade de uma minoria evangélica de importância reconhecida no presente.

Os ativistas identificados com progressistas não conquistam o mesmo nível de alcance dos conservadores: não têm celebridades midiáticas; não dispõem do montante de recursos financeiros; sua teologia e linguagem são conflitantes com o perfil conservador que caracteriza os evangélicos brasileiros; são invisí-

bilizados pelas grandes mídias. As mídias digitais têm sido o espaço de maior expressão destes ativistas que se tornam práticas de comunicação alternativa que lhes garantam alguma voz, articulação entre si e interlocução com segmentos de mídias e segmentos políticos progressistas.

A descoberta de que a maior atuação de evangélicos progressistas se dá no Facebook traz elemento importante para futuras pesquisas. Como mencionado anteriormente, o Facebook é a mídia social mais acessada pelos brasileiros que têm acesso à internet, 83%, de acordo com dados da época. Já o Twitter, apesar de ser a mídia mais acessada, por número inferior (5% dos entrevistados dessa pesquisa, 6º lugar no ranking), é a mais popular entre as elites políticas e formadores de opinião (BRASIL, 2014). Há aqui um indicativo de que os ativistas evangélicos conservadores optam por comunicarem-se com um grupo mais restrito, porém, identificado como mais politizado. Já os progressistas são a maioria dos ativistas evangélicos, mas privilegiam um espaço mais popular em detrimento de alcançarem formadores de opinião. O caráter de minoria no campo religioso torna as ações políticas de evangélicos progressistas também contra-hegemônicas em relação ao próprio público evangélico.

Referências

ALVES, Rubem. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ática, 1979.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira**: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo/São Bernardo do Campo: Annablume/ Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BITTENCOURT FILHO, José. Do Kairos protestante: Três Décadas de

Conferência do Nordeste. **Contexto Pastoral**, Campinas/Rio de Janeiro, 2(8), mai./jun. 1992, p. 16-18. (Suplemento Debate Conferência do Nordeste: 30 anos)

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BURITY, Joanildo. De onde vêm os referenciais para uma tomada de posição político-eleitoral? (I). **Novos Diálogos**, 20 set. 2010. Disponível em: <<http://novosdialogos.com/de-onde-vem-os-referenciais-para-uma-tomada-de-posicao-politico-eleitoral-i/>>. Acesso em 24 set 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CNV - Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos. Vol. 2. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br>. Acesso em 24 set 2017.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Do Púlpito às mídias sociais**. Evangélicos na política e ativismo digital. Curitiba: Prismas, 2017.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Explosão gospel**: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007.

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radio-grafia do novo Congresso**: Legislatura 2015-2019. Brasília: DIAP, 2014.

FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **MATRIZES**, São Paulo, ano 7, n. p. 49-71, jul./dez. 2013. Disponível em: www.matrizes.usp.br/matrizes/index.php/matrizes/article/download/476/pdf. Acesso em 24 set 2017.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira**: história ambígua e desafio ético. Curitiba: Enconrão, 1994

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Famecos**, n. 27, p. 51-78, ago 2005. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3323/2581>. Acesso em 24 set 2017.

GRACIA, Juan P. Ecourt. La esfera pública digital y el activismo

político. **Política y Sociedad**, v. 52, n. 1, p. 75-98, 2015. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/download/45423/45677>. Acesso em 24 set 2017.

HOOVER, Stewart. Mídia e religião: premissas e implicações para os campos acadêmico e midiático. **Comunicação & Sociedade**, vol. 35, n. 2, p. 41-68, 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewArticle/4906>. Acesso em 24 set 2017.

JORDAN, Tim. **Activism!** Direct action, hacktivism and the future of society. London: Reaction Books, 2002.

MACIEL, Elter Dias. Faltou uma pedagogia da comunicação? **Boletim CEI**, n. 29, mai. 1971. Suplemento, p. 3-4.

MARIANO, Ricardo. "A esquerda abriu espaço e legitimou os evangélicos na política". Entrevista a Gil Alessi. **El País Brasil**, 31 out 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/politica/1477940246_927730.html. Acesso em 24 set 2017.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**. Collective action in the information age. Cambridge, Cambridge University, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf> Acesso em 24 set 2017.

SANTOS, Boaventura Souza. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, B.S. **Renovar a teoria crítica, reinventar a emancipação social** (1ª ed rev.). São Paulo: Boitempo, 2011.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. New York: Random House, 1978.

TRABUCO, Zózimo. "*À direita de Deus, à esquerda do povo*": Protestantismos, esquerdas e minorias em tempos de ditadura e democracia (1974-1994). Rio de Janeiro: Saggá, 2011.